



COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

PARECER AO RESOLUÇÃO Nº 9/2025

PROJETO:	PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9/2025: insere dispositivos que especifica à Resolução nº 343, de 28 de julho de 2005, que regulamenta à Lei nº 2.710, de 14 de julho de 2005, que concede auxílio alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal.
INICIATIVA:	Mesa Diretora.
RELATOR:	Vereador Luciano Márcio Nunes (PP).

A Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) manifesta-se pela aprovação do Parecer do Relator da matéria, vereador Luciano Márcio Nunes (PP), às folhas 29 a 33 por maioria de seus membros.

APROVADO o parecer do relator na Reunião Ordinária de 19 de novembro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, caput, do Regimento Interno, prevalece como o PARECER desta Comissão Permanente.

É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) pela aprovação do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9/2025







Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 19 de novembro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

Presidente da CLJRF - Relator Vereador pelo PP

DENÉVAL ROCHA Membro da CLJRF Vereador pelo PSD





COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)

PARECER

Processo Legislativo: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9/2025

Iniciativa: Mesa Diretora

Relator: Vereador João Júnior Vieira dos Santos (PRD).

I – RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Resolução nº 9/2025, de iniciativa da Mesa Diretora, que insere dispositivos que especifica à Resolução nº 343, de 28 de julho de 2005, que regulamenta à Lei nº 2.710, de 14 de julho de 2005, que concede auxílio alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 4 de novembro de 2025. Sendo encaminhado à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, reservei a matéria para relatá-la, nos termos do art. 70 do Regimento Interno.

Encontra-se acostado aos autos do presente processo legislativo o Parecer Jurídico nº 133/2025, exarado pelo Procurador Geral da Câmara Municipal, opinando pela constitucionalidade e legalidade do projeto (fls. 15 a 24).

Avenida Vitória, 23 – Centro – Caixa Postal 4 – 29830-000 – Noval Ve







De posse do processo legislativo, e, de acordo com as competências regimentais da comissão previstas no art. 80 do Regimento Interno, passo a exarar o parecer técnico pelos fundamentos que seguem abaixo.

II – DOS PRESSUPOSTOS DE ORDEM ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

Trata-se de alteração de resolução que regulamenta a Lei nº 2.710/2005, que dispõe sobre a concessão de auxílio alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal, adequando ao texto das mudanças aprovadas na citada lei, para fins de que no mês de dezembro, exclusivamente neste mês do ano, o pagamento de natureza indenizatória do auxílio alimentação seja em dobro ao valor dos demais meses do ano.

Encontra-se acostado aos autos do presente processo legislativo o demonstrativo ou relatório de impacto orçamentário e financeiro elaborado pelo Departamento competente da Câmara Municipal, bem como a declaração de compatibilidade orçamentária.

A matéria está de acordo com o que determina os arts. 16, 17 e 18 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), considerando ainda que não se trata de geração de despesas de caráter continuado.

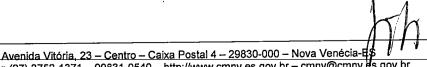
Conforme consta do relatório ou demonstrativo orçamentário e financeiro, há a previsão de dotação orçamentária suficiente para fazer face às despesas ocasionadas com a presente norma.

A proposição já fora objeto de análise da comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, tendo recebido o devido parecer técnico, opinando pela constitucionalidade e legalidade da proposição.

Para fins de justificar a presente proposição, reproduzimos o texto da mensagem em sua íntegra:

"Apresentamos, anexo à presente justificativa, para apreciação e deliberação dos órgãos competentes deste Poder Legislativo, o projeto de resolução que acrescenta os §§ 3° e 4° ao art. 4° da Resolução n° 343, de 28 de julho 2005, que regulamenta a Lei n° 2.710, de 14 de julho de 2005, que concede auxílio alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal.

A iniciativa tem fundamento no art. 16 da Lei Orgânica do Município, de competência da Mesa Diretora, e observado o princípio da separação dos poderes previsto no texto do art. 2º da Constituição Federal, reproduzido no art. 8º da Lei Orgânica.











Encontra-se fundamentado também no art. 18, V, da Lei Orgânica, pela competência privativa ou exclusiva da Câmara Municipal de editar Resoluções e Decretos Legislativos.

As normas de indenização não se enquadram em ganhos habituais, pois objetivam indenizar gastos que ocorrem em face das necessidades em deslocamentos, alimentos, dentre outros dessa natureza.

A proposição objetiva conceder uma perspectiva melhor de um período em que os servidores possuem maiores gastos em decorrência do fim do ano, em que envolve maior consumo em restaurantes, supermercados e outros estabelecimentos que fornecem comidas e alimentos diversos.

É facilmente perceptível o aumento de consumo de período, até mesmo pelas peculiaridades e tipicidades de alimentos ou produtos comestíveis, inclusive acarretando aumento em preços pela procura pelos consumidores, aumentando preços e a demanda.

Somando-se aos fatores, no período também há um aumento de consumo de alimentos e produtos comestíveis, de forma significativa, pelo período do ano, característico de diversidades de consumo e alta procura pelos consumidores do Município.

Sendo assim, aguardamos o pronto acolhimento da proposição.

É a justificativa."

Trata-se também de verba de natureza indenizatório, não se enquadrando para cômputo dos limites de gastos com pessoal, estando em conformidade com o art. 18 da Lei Complementar 101/2000.

III - VOTO DO RELATOR:

A matéria encontra amparo nos textos dos arts. 16, 17 e 18 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), observado aos critérios e requisitos para fins de geração de despesas.

Encontra-se presente nos autos do processo legislativo em análise o relatório de impacto orçamentário e financeiro e da disponibilidade de dotação orçamentária para o seu objeto.

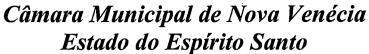
Dessa forma, manifesto-me pela aprovação do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9/2025.

É o PARECER pela APROVAÇÃO do PROJETO DE RESOLUÇÃO № 9/2025.

Avenida Vitória, 23 – Centro – Caixa Postal 4 – 29830-000 – Nova Venécia-ES Velefax: (27) 3752-1371 – 99831-0540 – http://www.cmnv.es.gov.br – cmnv@cmnv.es.gov.br – cmnv@cmnv.es.gov.br – com o identificador 330035003300330030003A00500052004100, Documento assinado dig

conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.







Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 19 de novembro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

JOÃO JÚNIOR VI RELATOR – Presidente da CFO Vereador pelo PRD





COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)

PARECER AO RESOLUÇÃO Nº 9/2025

PROJETO:	PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9/2025: insere dispositivos que especifica à Resolução nº 343, de 28 de julho de 2005, que regulamenta à Lei nº 2.710, de 14 de julho de 2005, que concede auxílio alimentação aos servidores do Poder Legislativo Municipal.
INICIATIVA:	Mesa Diretora.
RELATOR:	Vereador João Júnior Vieira dos Santos (PRD).

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento (CFO) manifesta-se pela aprovação do Parecer do Relator da matéria, vereador João Júnior Vieira dos Santos (PRD), às folhas 39 a 42 por unanimidade de seus membros.

APROVADO o parecer do relator na Reunião Ordinária de 26 de novembro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, *caput*, do Regimento Interno, prevalece como o PARECER desta Comissão Permanente.

É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Finanças e Orçamento (CFO) pela aprovação do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9/2025.

Avenida Vitória, 23 – Centro – Caixe Postal 4 – 29830-000 – Nova Venécia-ES

s4 - p 1\2

com o identificador 330035003300330030034050052004100, Documento as gov. pr.—cmpv@cmnv.es. 90v.pr. interior em https://www.cmnv.es.gov.pr.—cmpv@cmnv.es.gov.pr.
com o identificador 33003500330033003003400500052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 26 de novembro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

JOÃO JÚNIOR VIETRA Presidente da CFO - Relator Vereador pelo PRO

O DE-SOUZA RIBEIRO

e-Presidente da CFO Vereador pelo PL

Membro da CFO

Vereador pelo DC